



pt Notícias Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo Anti-Heteropatriarcado

### Diálogos Sul-Sul "Saúde Indígena na América Latina em tempos de COVID-19"

AN Original

Os Diálogos Sul Sul em Tempos de COVID19, são uma iniciativa online da Universidade Federal do Sul da Bahia ? Brasil, através do Grupo de Pesquisa e do Programa de Formação Avançada em Saúde Coletiva,(...)

Por Márcio Florentino



pt Reflexão Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo Anti-Heteropatriarcado

### COVID-19: as estatísticas que invisibilizam

AN Original - Alice Comenta

Este artigo faz parte da série Alice Comenta da autoria da equipa do Programa de Investigação Epistemologias do Sul, publicada no Alice News com cadência semanal.

Por Maria Paula Meneses



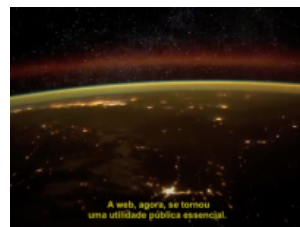
pt Reflexão Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo

### O Abandono do Estado versus o poder paralelo no controle da pandemia

AN Original

Foi ainda nos anos 70 que o sociólogo português Boaventura Sousa Santos esteve em Pasárgada. Era tempo de ditadura e o nome fictício dado a favela do Jacarezinho no Rio de Janeiro em sua tese de doutoramento,(...)

Por Marcela Uchôa



pt Reflexão Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo

### As portas da conectividade, da educação e da ecologia de saberes – os limites e as possibilidades, em tempos de COVID 19

AN Original

A porta é um objeto peculiar. Ela pode nos proteger do perigo externo, mas igualmente pode nos facilitar acesso a um mundo inimaginável. Nesse limite, a porta é uma imensa possibilidade, ela pode facilitar ou(...)

Por Karine Pinheiro de Souza



pt Reflexão Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo

### Desigualdades raciais e Coronavírus: máscara para todos

AN Original

Para esta reflexão nos baseamos em notícias publicadas em alguns portais de notícias brasileiros e internacionais. O nosso foco recai sobre notícias envolvendo coronavírus (COVID-19) e as relações(...)

Por Marcos Antonio Batista da Silva



pt Reflexão Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo Anti-Heteropatriarcado

### A política dos números, ou: quem conta na pandemia?

AN Original - Alice Comenta

Este artigo faz parte da série Alice Comenta da autoria da equipa do Programa de Investigação Epistemologias do Sul, publicada no Alice News com cadência semanal.

Por João Arriscado Nunes



es Reflexión Anti-Capitalismo Anticolonialismo Anti-Heteropatriarcado

### El capitalismo no piensa la muerte

AN Original

Vivimos en una sociedad enferma. Pero tal vez haya que pensarlo desde la perspectiva del capitalismo neoliberal para entenderlo. De acuerdo a su lógica y sus fines, la humanidad está enferma endémicamente de(...)

Por Santiago Polop



Facebook Twitter YouTube RSS

Centro de Estudos Sociais Tel +351 239 855 570  
Colégio de S. Jerónimo Fax +351 239 855 589  
Apartado 3087  
3000-995 Coimbra, Portugal alicenews@ces.uc.pt



# Diálogos Sul-Sul "Saúde Indígena na América Latina em tempos de COVID-19"

AN Original

2020-05-13

Por Márcio Florentino



**DIÁLOGOS SUL-SUL**  
Saúde Indígena na América Latina em tempos de COVID 19

**Sebastian Medina**  
Médico e antropólogo chileno

**Luciane Ouriques**  
Sanitarista e antropóloga

**Daniel Iberê**  
Liderança Guarani Mbya e doutorando da UNB

**Dia 13/05, quarta-feira, às 14:00**  
**Link para o evento: [meet.google.com/wnh-ovba-eoc](https://meet.google.com/wnh-ovba-eoc)**  
**Organização: GP Saúde Intercult e Rede Sul-Sul**

Os *Diálogos Sul Sul em Tempos de COVID19*, são uma iniciativa online da Universidade Federal do Sul da Bahia – Brasil, através do Grupo de Pesquisa e do Programa de Formação Avançada em Saúde Coletiva, Interculturalidade e Epistemologias do Sul, e como parte da cooperação com o Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra.

O primeiro dos “Diálogos” centra-se na “Saúde Indígena em tempos de Pandemia da COVID-19”, em um cenário de evolução da doença nas comunidades e povos indígenas e pouca ou quase nenhuma ação de prevenção e proteção por parte dos Estados. Este tema nos remete às palavras do professor Boaventura de Sousa Santos, sobre aprender e trabalhar com o Sul, como forma de ampliarmos as fronteiras do conhecimento, com o compromisso ético/político de tomar posição diante do sofrimento humano e das ameaças à vida de pessoas e comunidades inteiras, hoje atingidas pela doença e pelo descaso dos governos nacionais, resultando num verdadeiro genocídio dos diferentes povos indígenas do Brasil e da Região.

Os participantes serão Sebastian Medina, Médico e Antropólogo, doutorando no CES, com trabalho centrado nas epistemologias do sul e os povos e comunidades tradicionais do Chile, em diálogo com Daniel Iberê, da Etnia Guarani Mbya e doutorando em Antropologia na Universidade de Brasília-UnB, que tratará da articulação dos povos indígenas no Brasil para o enfrentamento das ameaças da COVID-19 e dos atos do governo Bolsonaro na retirada de direitos e das conquistas alcançadas na Constituição de 1988. A Dra Luciane Ouriques, é Sanitarista e Antropóloga, com experiência em gestão do subsistema de saúde indígena, abordará a situação e as ameaças à Política Nacional de Saúde Indígena, e ao sistema diferenciado que visa garantir a saúde dos povos indígenas no Brasil. Neste contexto, a luta pela garantia da saúde dos povos indígenas, continua sendo um importante desafio, ganhando agora contornos de uma luta dramática pelo direito à vida.

- **Horário:** 13 de maio, às 14 horas
- **Link para o evento:** [meet.google.com/wnh-ovba-eoc](https://meet.google.com/wnh-ovba-eoc)
- **Organização:** Universidade Federal do Sul da Bahia – Brasil, através do Grupo de Pesquisa e do Programa de Formação Avançada em Saúde Coletiva, Interculturalidade e Epistemologias do Sul, e como parte da cooperação com o Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra,



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.

Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.

Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

# COVID-19: as estatísticas que invisibilizam

## AN Original - Alice Comenta

2020-05-12

Por Maria Paula Meneses

Este artigo faz parte da série *Alice Comenta* da autoria da equipa do Programa de Investigação Epistemologias do Sul, publicada no Alice News com cadência semanal.



Dakar – graffiti da artista senegalesa Zeinixx

A pandemia do COVID-19 alcançou já os quatro cantos do globo. As reportagens diárias transportam consigo números e figuras de vários tipos: os testes realizados, os ventiladores em falta, o número de vítimas fatais em ascensão em muitos lugares do mundo. Estes números influenciam a nossa capacidade de ser solidários, de cuidar e apoiar nestes tempos de exceção.

Os dados estatísticos da OMS indicavam que, a 10 de maio, existiam no continente mais de 44.000 casos confirmados de coronavírus, e mais de 2.200 vítimas mortais. De entre os países com maiores índices de contágio estão a África do Sul, a Argélia, Marrocos, Nigéria, Gana, Camarões, Guiné Conacri e Djibuti. De referir igualmente que nos países estão em prática uma série de medidas visando a prevenção e contenção da propagação da pandemia, disponíveis a qualquer pessoa interessada em acompanhar estes processos.

A esta multiplicidade de situações tende a opor-se uma imagem uniforme do continente. Na etapa atual da globalização, a universalização da condição humana passa pela realização de exercícios analíticos, fundamentais para a elaboração de políticas globais de saúde; contudo, estes exercícios tendem a uniformizar os vetores de análise, produzindo propostas sanitárias 'globais'. Neste contexto, os dados estatísticos ajudam a legitimar a dramaticidade da pandemia no mapa global e a reafirmar a violência colonial, ao insistir numa projeção analítica de dados 'sobre África'. E é patente que os números transformam o que é contado em realidade, seja nas políticas nacionais e internacionais, seja nos imaginários individuais. No referente a dados estatísticos, África continua, sobretudo nos média ocidentais, a ser vista 'como um país': contam-se o número de ventiladores disponíveis, o número de vítimas, e avalia-se o impacto económico da pandemia 'em África'.

Porquê e quais as consequências? Analiso aqui três situações.

### **A produção dos números**

Se os números são a condição para reconhecer o problema da COVID-19, há que reconhecer a (in)capacidade real de muitos países do Sul em testar, mesmo que por amostragem, a sua população, a exemplo do que aconteceu na Coreia do Sul ou em Taiwan. Acrescente-se a dificuldade em produzir estatísticas fiáveis sobre a saúde da população, já que a dispersão social é grande (no caso de Moçambique, com cerca de 30 milhões de habitantes, mais de metade dos cidadãos vive em ambiente rural), ao que associa uma fraca, ainda, implantação de unidades de saúde públicas. Esta realidade traduz-se, tal como noutros aspetos de funcionamento dos Estados, quer na ausência de dados, quer, também, na qualidade dos dados disponíveis para a tomada de decisões políticas baseadas em evidências analisáveis.

Em tempos de incerteza global, como os que viemos, é tentador ‘universalizar’ abstratamente o problema da pandemia e as suas possíveis soluções. Mas esta universalização implica pensar, incorretamente, que o problema se manifesta exatamente da mesma maneira em todos os lugares, desconsiderando os recursos locais e as abordagens alternativas. Esta universalização, que é fomentada por vezes pelos média ocidentais, tem gerado, como referia a revista *New Scientist* de maio, dá origem a inseguranças e meia-verdades, criando provavelmente mais problemas do que soluções.

### **A ‘exceção’ africana**

A pandemia de COVID-19 tem-se alastrado pelo continente talvez mais devagar do que anteriormente antecipado. Face aos números disponíveis, há razões para temer o pior, embora em África, tal como na Europa ou nas Américas, a incerteza marque o curso desta pandemia. Uma leitura mais atenta pode ajudar a explicar o algumas das particularidades no continente.

Mais de metade da população do continente (1.2 mil milhões, que tornam o continente no segundo mais populoso, após a Ásia) tem menos de 18 anos, uma realidade que distingue África de outras regiões do mundo. Este é o resultado de uma fatalidade ignorada nos estudos macro da COVID-19: a baixa esperança de vida. Esse indicador é importante para analisar o impacto da COVID-19, pois que um dos seus traços específicos é a letalidade em idosos. Vantagem ou consequência desta fatalidade, os dados estatísticos da COVID-19, quando lidos fora do contexto, podem gerar interpretações equivocadas. Os africanos são seres humanos normais, e os idosos africanos são tão frágeis como os idosos de outros continentes. E há paralelismos: em vários países do continente africano, tal como da América Latina, por exemplo, o confinamento, ficar em casa, pode significar uma trágica opção: morrer de COVID-19 ou de fome.

Alguns estudos preliminares apontam outras pistas explicativas. Uma delas o facto de as populações africanas estarem em contato com várias infeções, o que pode desempenhar um papel protetor, ou ainda a tomada de medidas restritivas pelos governos, numa etapa inicial de propagação do vírus. Uma análise mais fina das realidades africanas sugere que, para além dos gastos com saúde, os países que melhor enfrentam a crise são os que têm investido, também, na educação, habitação, acesso à água, na eletrificação rural e em infraestruturas de internet. A COVID-19 mostra como importa investir mais nos sectores públicos que garantem o bem-estar das populações.

### **A comunicação**

As lições das várias epidemias que têm fustigado o continente mostram a importância dos canais de comunicação, seja para divulgar alertas, seja para esclarecer dúvidas. Moçambique, um país onde a maioria da população não tem no português a sua língua materna, o acesso a um conhecimento seguro, recorrendo a uma língua em que as partes se sentem confortáveis, tem-se revelado fundamental. Um dos programas importantes é o ‘Alô Saúde’, uma linha telefónica gratuita onde jovens qualificados ajudam milhares de cidadãos, sobretudo das zonas rurais, no esclarecimento de como encarar a pandemia do novo coronavírus. Esta linha de contacto, um projeto que conta mais de uma década de funcionamento sobretudo na luta contra o HIV-SIDA, apoia agora nos esclarecimentos necessários sobre o coronavírus em português, inglês e em oito línguas nacionais de Moçambique. A equipa do ‘Alô Saúde’, que integra vários médicos, chega a receber 600 chamadas por dia. A este canal junta-se a plataforma digital educativa de informação sobre saúde ‘Pensa’, que existe desde 2017. Contando com o apoio das três operadoras nacionais de telemóvel, esta plataforma tem-se revelado central para esclarecer dúvidas sobre os sintomas, causas e medidas preventivas face ao novo coronavírus.

Em Dakar, no Senegal, os grafiteiros têm sido um elemento importante na campanha de alerta sobre a COVID-19; no Uganda, Bobby Wine juntou-se a Nubian Li e ambos lançaram uma música chamada Corona Virus Alert que explica as formas pelas quais o público pode lutar contra a atual pandemia.

Uma visão única sobre ‘África’ e as narrativas que insistem em vaticinar o mesmo destino a todos os países africanos, está profundamente enraizada num imaginário colonial que insiste em desconhecer as transformações dos seus 55 países. Insistir nesse imaginário retira a agência aos países africanos, em vez de apoiar as respostas epidemiológicas já existentes.

A COVID-19 tem mostrado a necessidade de uma aliança global de especialistas de vários tipos que, em conjunto com os estados e as organizações da sociedade civil, possam desenvolver a capacidades dos

países africanos para produzirem os seus dados, que reflitam as suas situações. Mas mostra, sobretudo, a importância de escutar e compreender o Sul, a partir das suas diferenças, capacidades instaladas e contributo à luta global pela saúde da humanidade.

---

**Maria Paula Meneses** é investigadora coordenadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, integrando o núcleo de estudos sobre Democracia, Cidadania e Direito (DECIDE). É doutorada em antropologia pela Universidade de Rutgers (EUA) e Mestre em História pela Universidade de S. Petersburgo (Rússia). Em 2019 foi investigadora visitante junto da Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), Paris. De entre os temas de investigação sobre os quais se debruça destacam-se os debates pós-coloniais em contexto africano, o pluralismo jurídico - com especial ênfase para as relações entre o Estado e as 'autoridades tradicionais' no contexto africano -, e o papel da história oficial, da(s) memória(s) e de 'outras' narrativas de pertença nos processos identitários contemporâneos. Tem participado em vários projetos de investigação que resultaram na organização e publicação de vários livros e artigos. Lecciona em vários programas de doutoramento do CES, sendo co-coordenadora do programa de doutoramento em 'Pós-colonialismos e cidadania global'. Co-coordena com Boaventura de Sousa Santos (CES) e Karina Bidaseca (CLACSO) o curso internacional 'Epistemologias do Sul' (CLACSO-CES). Anteriormente foi Professora da Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique). Tem o seu trabalho publicado em diversos países, incluindo Moçambique, Espanha, Portugal, Brasil, Senegal, Estados Unidos, Inglaterra, Argentina, Alemanha, Holanda e Colômbia.



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.  
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.  
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

# O Abandono do Estado *versus* o poder paralelo no controle da pandemia

## AN Original

2020-05-05

Por Marcela Uchôa

Foi ainda nos anos 70 que o sociólogo português Boaventura Sousa Santos esteve em Pasárgada. Era tempo de ditadura e o nome fictício dado a favela do Jacarezinho no Rio de Janeiro em sua tese de doutoramento evitava expor as lideranças comunitárias à repressão da polícia e do Estado. Dos diálogos sobre comunitarismo, socialismo e emancipação da classe trabalhadora com as lideranças locais ficou a certeza da existência de um direito paralelo que atua onde o Estado já não responde, ou nunca respondeu.



Trabalho do artista plástico Cor Jesus Santana, colagem sobre papel

Das periferias que viviam a repressão e miséria dos anos de chumbo da ditadura militar brasileira - às minorias sociais que veem seus empregos, suas vidas e sua dignidade serem ameaçadas pela ineficácia do poder público em responder às necessidades mais básicas da população diante da pandemia COVID 19, em comum: o abandono do Estado e os fantasmas do autoritarismo e da repressão. É nesse momento que o ordenamento social comunitário se organiza para chegar àqueles que o Estado já esqueceu.

Gabinetes de crise informais alertam moradores dos riscos e buscam doações enquanto as ações governamentais não chegam. Ritmos conhecidos das comunidades cariocas como o funk e o rap agora ajudam na contenção do vírus e são instrumentos de conscientização na luta pela prevenção e proteção da comunidade: "Tá ligado no coronavírus? Deixa eu te passar a visão. Essa doença triste que afetou nosso mundão. Vamos ter consciência e fazer toda a prevenção para nossa comunidade. Lave as mãos frequentemente, com água e sabão. Evite sair de casa para não ter aglomeração..."

Faixas com mensagens preventivas, carros de som e rádios comunitárias tentam evitar o que pode ser uma catástrofe em um lugar onde a saúde pública há muito tempo não dá conta de atender a população. O desabastecimento de água em várias localidades é um problema recorrente que dificulta a manutenção da higiene recomendada pelas autoridades sanitárias e não faz esquecer que existem vidas que valem menos. Para além dos esforços é importante dizer que as redes de apoio não têm como atender sozinhas toda a demanda da fome e da precariedade.

Em meio ao caos, organizações de base disputam espaço com o poder paralelo dominado pela violência de grupos armados do tráfico e milícias. Nas palavras da teórica e ativista Marielle Franco: “O Estado cumpre o papel de agente para o mercado e não agente de cidadania. Existe negligência e abandono desses territórios de forma que grupos criminosos armados – o tráfico ou as milícias acabam por impor a sua própria ordem seja ela com a complacência, ou a indiferença do conjunto da cidade”.

Uma combinação explosiva que reside em grande medida no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer, em um autoritarismo que não só gere a vida das pessoas, mas delimita seus passos, suas escolhas e o próprio ordenamento social e político das favelas. A combinação de poderes estatais omissos (seja na esfera municipal, estadual ou federal) com uma classe trabalhadora hegemonicamente alienada nos fornece o panorama do caos endêmico de uma sociedade que vive as consequências do abandono do poder público.

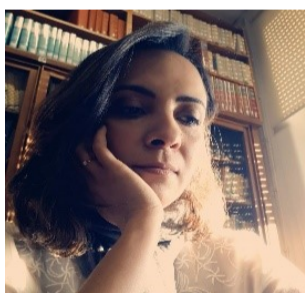
Na cidade do Rio de Janeiro cerca de 1 milhão de pessoas vivem em casas com um único cômodo - média de cinco pessoas por família. Nesse cenário não é tão simples dizer: fiquem em casa, quando a reclusão no combate a pandemia sequer é um direito. Em São Paulo onde moradores de rua vivem à margem da prevenção contra o COVID 19, sem água para beber, nem mesmo para lavar as mãos, cobrar cuidados básicos de higiene para população de rua é quase impossível. Trabalhadores informais e catadores de lixo reciclável vivem dias e noites de desespero causado pelo desamparo da necropolítica que - como defende o teórico político Achille Mbembe - ao negar a humanidade às pessoas mais vulneráveis as expõem a todos os tipos de violência.

A crise, então, evidencia que proteção social não é luxo, não é excesso. Se as saídas para o colapso são medidas socializantes nos agarremos a elas, não podemos sair dessa pandemia sem compreender o desastre da política neoliberal e sua incapacidade de lidar com a recessão. Passada a crise, o poder hegemônico se utilizará de todas as estratégias possíveis para tentar liquidar as medidas inclusivas propostas.

Orientado para maximizar o lucro em vez de manter a vida, o neoliberalismo mostra diariamente sua verdadeira face de economia sangrenta. “O vírus é uma maneira de o planeta se recuperar, de se livrar dos indesejados”, dizem. Assim, vários países capitalistas do sul global justificam a falta de políticas de fortalecimento e investimento em saúde pública.

Por isso, é preciso ter atenção que nos países periféricos esse discurso nada mais é que um chamado eugenista para dar cabo socialmente dos mais vulneráveis.

Construir solidariedade entre as diferentes comunidades que são afetadas, bem como fortalecer sindicatos, organizações comunitárias não deve nos eximir de cobrar o Estado e exigir que reconheça que o trabalho de reprodução social é o pilar da existência social. Os governos precisam aprender com as comunidades e replicar em termos de políticas públicas o que as pessoas comuns estão a fazer para ajudar e apoiar umas as outras – nesse sentido, como defende a teórica feminista Tithi Bhattacharya, mais do que isolamento social, precisamos de isolamento físico e solidariedade social.



**Marcela Uchoa** é membro do Instituto de Estudos Filosóficos da Universidade de Coimbra (IEF); está a concluir o Doutoramento em Filosofia Política na Universidade de Coimbra; é mestre em Filosofia; licenciada em Filosofia; professora de ética e Filosofia do Direito - Brasil.



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificados como original licenciados de acordo com a fonte.  
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.  
Original contents licensed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.



# As portas da conectividade, da educação e da ecologia de saberes – os limites e as possibilidades, em tempos de COVID 19

## AN Original

2020-05-02

Por Karine Pinheiro de Souza

A porta é um objeto peculiar. Ela pode nos proteger do perigo externo, mas igualmente pode nos facilitar acesso a um mundo inimaginável. Nesse limite, a porta é uma imensa possibilidade, ela pode facilitar ou barrar o acesso a rede mundial de computadores?



Fonte: Recorte Imagem - Filme - [Freenet](#)

Nesses tempos, quando o vírus COVID-19 nos isolou ao fechar a porta das nossas escolas, das lanhouses, das nossas praças conectadas, fechou apoio para nossa conexão, marcando a invisibilização. Sentimos o quanto essa porta fechada, marca nossas vidas – pedimos o acesso, da mesma forma como alimento que nos nutri. Pois com esse meio, podemos criar novas ambiências formativas, além dos nossos muros.

**Por isso, é fundante questionar onde está a porta que nos leva a “aldeia global”? Quantos estão conectados no mundo? Existem desigualdades sociais de acesso? Em tempos de quarentena, que outras portas podem se abrir para ampliar as fronteiras, quais outras possibilidades de diálogo e de saberes?**

Para sinalizar a primeira questão - do acesso – é necessário apresentar o panorama que estamos a viver mundialmente, destacamos alguns dados: mais de 2 bilhões de pessoas pesquisam todos os dias no [Google](#), segundo a [BBC em 2020](#) uma densidade de 3 bilhões 635 milhões de usuários que estão em conexão no mundo. Mas ao ver esses dados onde está a outra parte ?

Especificando, nossa lente para América Latina - em 2008 ainda existia uma taxa de info-exclusão muito elevada, cerca de 63%, trazendo esses dados para nosso território [América do Sul](#), em 2020, diminuiu para 29% sem acesso a Internet. Comparado ao contexto Europeu apenas 12,8% são excluídos, em Portugal 21,8% ([IWS, 2020](#)).

Quando olhamos para o nosso país continental – Brasil - temos 67% de domicílios (CGI, 2018) com internet, desses uma proporção é marcada pela desigualdade no acesso de classes sociais - quando nos aproximamos desse número positivo - percebemos que as pessoas da zona urbana tem acesso 74 %, em comparação com a região rural o número de usuários diminui 49%. Por isso, retomamos que aldeia global de Mcluhan é relativa as escolhas políticas do nosso tempo, pois vivemos em exclusão profunda, afinal onde estão os 33% de brasileiros infoexcluídos?

Essas reflexões, nos remetem a debates com documentário Freenet que sustenta “onde há interesse econômico a internet está!” – fala de Nnenna Nwakanma, ativista nigeriana - uma das criadoras do fundo de solidariedade digital. Nesse documentário resgatamos o real sentido a origem da Web - como um espaço de colaboração, na perspectiva do seu criador - a Word Web Wide - WWW (Berners-Lee, T, 1996) quando declarou “a Web como uma utilidade pública”. É, isso que nos faz lutar por abrir oportunidades e garantir justiça social.

Na contramão da perspectiva do seu criador constatamos que essa Web não se encontra distribuída socialmente, temos um fosso digital que agrava a linha abissal e que revela no nosso contexto cultural assentado numa sociedade colonial, que nos coloca numa continua luta contra-hegemônica.

Assim, sem acesso a chave da porta, não podemos nos linkar aos diversos mundos, com suas possibilidades, ficamos reféns dos atravessadores e das manipulações. Por isso, reforçamos que a porta – é condição básica, pois sem ela não podemos ter acesso a informação e desenvolver nossa cidadania. Essa é chave da leitura sustentada com Boaventura Sousa Santos em sociologia das ausências, quando olhamos para os dados positivos encantados, esquecemos do grande número de pessoas que são negligenciadas e necessitam ser vistas incluídas nos processos de cooperação cognitiva.

Cabe aqui também, uma reflexão da forma como essa conectividade é utilizada, o que demonstrará a fortaleza e a inteligência de uma população para aumentar suas oportunidades de aprendizagem, suas condições produtivas - de trabalho na/com a Rede, como nos revela Edméa Santos. Resumindo, a forma como a utilizamos potencializa os riscos e/ou oportunidades, em seus estudos a autora reforça que “as redes podem ser espaços plurais de aprendizagem, pois operam novos modos de pensamentos.” Esse processo acontece porque nos comunicamos produzimos sentidos e significados – que somente é possível com justiça cognitiva com diálogo e partilha de saberes.

Essa discussão nos remete ao campo educacional - que nesse contexto de pandemia - a fala do Nóvoa nos inspira ao atestar que “são os mais pobres e os mais vulneráveis que terão os maiores prejuízos” por não terem o acesso. Por isso, a importância da luta por conectividade, e a clareza de que não podemos padronizar nesse momento de isolamento social. Entretanto, refletimos que não vamos ficar de braços cruzados, como reafirma o autor “ficar parado não é a solução, vamos atuar na emergência com as soluções que temos a mão”.

Diante dessa dificuldade: como atuar no ensino remoto e quais as possibilidades, nessa complexidade de relações?

Vamos nos fazer chegar ao maior número possível, de forma simples, diversa e acessível. Pois os processos de ensino remoto estão a ser feitos como uma solução rápida, intencional para manter o canal entre professores e estudantes. O cuidado é - não transpor a mesma abordagem da sala de aula presencial – mas buscar o diálogo, o design da aprendizagem, fortalecendo os diversos polos de emissão, deixar o ditar/falar do mestre - propiciar trocas, provocar novas oportunidades e contextos, compreendendo as condições e ritmos de cada um frente as tecnologias digitais.

Sinalizando os limites e as potencialidades, não queremos listar modelos/padronizações para o com ensino remoto. Nossa intenção é valorizar cada educador com suas experiências e perceber a clareza da condição social e cultural de cada um – seja professor e/ou estudante. Mas que para fazer educação é fundante renovar nossas ambiências formativas, para abrir outras portas e promover ecologia de saberes. Sem esquecer de marcar os relatos de quem não tem acesso, apoiar experiências concretas, para fortalecer a luta por esse direito humano, com políticas públicas de informação e comunicação, conseqüentemente, de educação.

Por isso, a luta por políticas de acesso é um passo para a garantia de direitos educacionais, entretanto, além disso é preciso atuar num conjunto de fatores que podem auxiliar o desenvolvimento e integração do currículo com o envolvimento de práticas sociais com as tecnologias, como podemos citar nossos estudos como professora e pesquisadora da rede pública do Ceará (Souza, 2014). É, nesse contexto que reconhecemos a mobilização com resolução de problemas em nossos cotidianos com o digital, compreendendo essa problemática tecnológica - com uso ético e crítico - para que seja possível buscar bases para a emancipação e transformação de nossa comunidade.

Com a adoção de tal postura nos reconhecemos, com dizia o educador Paulo Freire, na própria revolução, ou seja, um novo sentido a evolução. O que gera espaços de disputa e diálogo na educação – isso é um fator fundante na construção de comunidades educacionais na rede, pois estabelece portas diante dos conflitos. Para que seja possível, é necessário derrubar muros, ampliar sentimentos e cordialidades nesse novo contexto virtual, constituindo-se, assim, em diversas comum-unidades sejam presenciais, ou virtuais.

Por fim, para se aproximar desse diálogo como porta que nos liga em tempos de pandemia é preciso emergir outras possibilidades, para fiar juntos, em conjunto - em comunhão. É, por isso, que estamos aqui a escrever – não só como um dever de ofício, mas para Corazonar – que significa “sentir-pensar ao assumir uma responsabilidade pessoal acrescida de entender e mudar o mundo” pós-pandemia. Co-construindo possibilidades numa geração C5 que cria, compartilha, colabora, coopera para uma pedagogia pós-abissal ao possibilitar emergir novas redes numa ecologia de saberes.

---



**Karine Pinheiro de Souza** – pós-doc em e-Planning – Universidade de Aveiro, PhD em Educação pela Universidade do Minho, com especialidade em tecnologia educativa. Professora do Governo do Estado do Ceará – Brasil.



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificados como original licenciados de acordo com a fonte.  
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificados como original licenciados según la fuente.  
Original contents licensed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

# Desigualdades raciais e Coronavírus: máscara para todos

## AN Original

2020-04-30

Por Marcos Antonio Batista da Silva

Para esta reflexão nos baseamos em notícias publicadas em alguns portais de notícias brasileiros e internacionais. O nosso foco recai sobre notícias envolvendo coronavírus (COVID-19) e as relações étnico-raciais (população negra/afrodescendente). O coronavírus (COVID-19) foi descrito como uma pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS), e isso significa que a Organização reconhece a propagação geográfica da doença.

A pandemia do coronavírus assola diferentes grupos sociais, da elite, aos grupos mais vulneráveis e racializados (negros, indígenas, idosos, moradores de rua, moradores de favelas e periferias), entre outros. Entendemos que esses grupos são os que mais têm sofrido em tempos de pandemia. À medida que a pandemia continua a se espalhar, diferentes veículos de informação enfatizam diversas medidas para prevenção (isolamento social, uso de luvas, máscaras, uso de álcool-gel), entre outras medidas fundamentais, como por exemplo, lavar as mãos, como uma medida-chave de prevenção contra o coronavírus.

Lavar as mãos com sabão, quando feito corretamente, é fundamental na luta contra a nova doença do coronavírus. Entretanto, o que acontece quando nos deparamos com notícias que nem todos têm acesso imediato a um lugar para lavar as mãos? Em tempos de pandemia do coronavírus e aos esforços para evitar o aumento no número de casos da doença em diversos países do mundo, as autoridades sanitárias, OMS, governantes, orientam a população a reforçar os hábitos de higiene e a manter o isolamento social. Mas como promover tais ações em âmbitos (inter)nacional, regional e local, isto é, em países marcados pelas desigualdades sociais e raciais, nos quais boa parte da população não tem acesso, por exemplo, ao saneamento básico, à água potável, à habitação adequada?

De acordo com dados da UNICEF, focalizamos que “apenas três em cada cinco pessoas em todo o mundo têm instalações básicas para se lavar as mãos, 40% da população mundial (3 bilhões de pessoas), não têm lavatório com água e sabão em casa. Essas pessoas estão particularmente em risco.

Sobre o Brasil aprendemos que na média, 83.5% da população brasileira é servida por rede de água, porém 52,4% tem esgoto coletado, do qual somente 46% é tratado.

Notícias têm sido veiculadas em todos meios de comunicação, em todo o mundo, sobre o coronavírus (COVID-19). Chama a atenção às notícias veiculadas em especial, sobre a população negra/afrodescendente no Brasil e nos Estados Unidos. Ao me deparar com essas informações, meu olhar recaiu sobre as desigualdades sociais e raciais, considerando que as iniquidades em diversos segmentos das sociedades contemporâneas são resultados de injustos processos socioeconômicos e raciais. Nas sociedades contemporâneas, o racismo estrutural tem corroborado com a morbimortalidade das populações racializadas (negros, indígenas), entre outros grupos. Essa situação poderá se agravar por conta da pandemia do coronavírus, caso os governos não proporcionarem assistência à saúde considerando a equidade.

A vulnerabilidade atinge especialmente os negros, por um racismo estrutural, as mulheres, os homossexuais e os transexuais, com uma carga muito maior quando esses são pobres. São esses grupos os mais atingidos, devido não só às condições de vida econômico-social, mas sócio-cultural. Porque estão em moradias precárias, sem nenhuma infraestrutura, ocupados em subempregos, sem um atendimento básico de saúde, saneamento, educação de qualidade e, somado a isso, toda carga do preconceito sobre eles, seja do racismo, do machismo, da homofobia, entre outros.

Contudo, a população negra continua na luta antirracista, iniciativas da população sem esperar ajuda do governo são criadas. Citamos como exemplo, o contexto de uma das maiores “favelas” de São Paulo,

Brasil (Paraisópolis), com iniciativas de ações visando conter o avanço da pandemia. Paraisópolis tem uma população de aproximadamente 100 mil pessoas, e uma grande população dividindo pouco espaço e infraestrutura, o que pode “propiciar” a disseminação do coronavírus. Entretanto, a comunidade tem se organizado para buscar alternativas, fazendo triagens rápidas para identificar pessoas com sintomas de coronavírus, bem como identificar pessoas que precisam de assistência, visando orientações, tratamento médico, bem como o isolamento social. Associação de moradores contratou um serviço médico incluindo ambulâncias, médicos, enfermeiras e socorristas. Observamos também, outras iniciativas, pessoas que perderam a renda por causa da pandemia. A grande maioria dos moradores de Paraisópolis são dos setores de serviços (diaristas, cozinheiras, manutenção), entre outros. A comunidade tem entre seus projetos, a capacitação de mulheres para serem costureiras, em tempos atuais vinculadas a confecção de máscaras de pano.



Fonte: Nicolás Lanfranchi/The Guardian

Por um lado, observamos iniciativas que buscam diminuir as desigualdades sociais e raciais, o racismo institucional. Por outro, nos deparamos com notas como a seguir: *Estudante diz ter sofrido racismo por usar máscara de proteção contra coronavírus*. notícia veiculada em diversas mídias. Um estudante universitário, de uma instituição de ensino superior da cidade do Rio de Janeiro, Brasil, denunciou no início do mês de abril do ano de 2020, pelas redes sociais, um caso de racismo sofrido em um centro comercial município de São Gonçalo, Rio de Janeiro.

O jovem estudante, negro, contou que foi a um supermercado para comprar itens que sua mãe havia pedido. Ele relatou que o dia estava chuvoso e, por isso, usava capuz, e um acessório para moldar o cabelo e uma máscara de proteção, assim como inúmeras pessoas vêm usando para se proteger do contágio do coronavírus.

Segundo o estudante, quando ele entrou na loja foi “abordado” de maneira grosseira por um segurança do supermercado. “Os gritos. O constrangimento. Os olhares de todas as pessoas do mercado. Estou acostumado com tudo isso? Infelizmente, sim. Mas eu também me acostumei a não deixar passar em branco e a lutar para fazer valer uma outra lei: a do crime de racismo”.

Esta não é uma preocupação somente no contexto brasileiro. Em outra notícia veiculada no contexto dos Estados Unidos, observamos a seguinte manchete: *Coronavírus impede que negros usem máscaras feitas em casa*. A pandemia do coronavírus tem levado muitas pessoas a fabricarem suas próprias máscaras em casa, mas alguns homens negros dos Estados Unidos relataram suas preocupações com a máscara, preferindo não a usar. Qual o motivo? Racismo.

Citamos como exemplo, alguns relatos captados nos portais de notícias: “Eu não me sinto seguro usando um lenço ou panos, ou qualquer coisa que não seja claramente uma máscara para cobrir meu rosto quando eu for a uma loja. Porque eu sou um homem negro vivendo neste mundo”. “Não usar uma máscara de proteção vai contra as recomendações para o combate ao coronavírus, e pode aumentar o risco de contrair COVID-19, mas usá-la pode significar também correr o risco do racismo”. “Se eu for caminhar, vou lembrar de cumprimentar as pessoas para que elas possam me reconhecer e ver que moro no bairro”. “Farei todas as coisas que eu faria se tivesse medo de ser parada por um policial.”

Entendemos que, a presença do racismo, do preconceito e da discriminação racial como práticas sociais, representa obstáculos à redução das desigualdades raciais. “Racismo e discriminação racial, no passado e no presente, constituem a explicação mais sólida para as desigualdades raciais.”

---

**Marcos Antonio Batista da Silva**, doutor em Psicologia Social, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Pós-doutoramento no Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra. Integrante do projeto POLITICS - A política de antirracismo na Europa e na América Latina: produção de conhecimento, decisão política e lutas coletivas, financiado pela European Research Council (Projeto: 725402 – POLITICS – ERC-2016-COG).

# A política dos números, ou: quem conta na pandemia?

## AN Original - Alice Comenta

2020-04-28

Por João Arriscado Nunes

Este artigo faz parte da série Alice Comenta da autoria da equipa do Programa de Investigação Epistemologias do Sul, publicada no Alice News com cadência semanal.

As controvérsias em torno dos números da pandemia da COVID 19 podem ser entendidas como manifestações de uma luta entre versões do fenómeno, do que está em jogo na crise atual e de como responder a ela – ou, por outras palavras, uma forma de política que é indissociavelmente epistémica e cognitiva, condicionando ou conferindo autoridade às declarações e às intervenções de autoridades científicas, sanitárias e políticas. É importante por isso compreender como são produzidos os números, por quem, com que objetivo e como são apropriados e usados.



Este é um tema que tem ocupado as ciências sociais desde há muitos anos, aparecendo como mais uma versão da afirmação do rigor incorporado na quantificação, que permitiria aos estados e autoridades “seguir a ciência” para lidar com a crise. A urgência da resposta à pandemia perante a incerteza gerada por um novo vírus entra aqui em tensão com a necessidade de a legitimar através da referência ao rigor científico expresso em métricas assentes em procedimentos rigorosos de classificação e de distinção entre o verdadeiro e o falso. Os números da pandemia contam, de facto, várias histórias: a de quem vive e a de quem morre; dos casos de infecção, dos internamentos e das mortes; do sucesso ou insucesso das medidas de contenção da infecção; da tensão entre a ameaça à saúde e à vida e o colapso da economia; de quem povoa estas histórias e a de quem delas desapareceu. As suspeitas, suscitadas nos meios de comunicação social, nas redes sociais e no debate político, de ocultação ou incompetência por parte das autoridades que produzem e publicitam os mundos da pandemia passam ao lado das condições e processos de produção dessas histórias. Proponho aqui uma contribuição, assumidamente parcial e

limitada, ao redirecionar da discussão em torno da política dos números para o que esta tem ignorado, silenciado ou suprimido.

Um artigo publicado na passada semana na revista *The Lancet Public Health*, uma colaboração de pesquisadores da Universidade de Hong Kong e de um Centro da Organização Mundial de Saúde, veio lembrar a importância da política dos números para a compreensão da dimensão da pandemia e da sua progressão, enquanto recursos para intervenções médicas e de saúde pública apropriadas a condições de grande incerteza. O artigo discute as implicações para a determinação do número de casos das mudanças nos critérios de definição de pessoas infetadas na China, a partir de investigações que não seriam possíveis em condições de urgência de resposta; o artigo procura mostrar a necessidade de ampliar a investigação através de novas possibilidades de redefinir casos e de alargar o âmbito da sua inclusão, especialmente quando a disponibilidade de testes fiáveis e a capacidade efetiva de os realizar e processar aumenta. A identificação inicial da própria existência do vírus como agente infeccioso depende da identificação de pessoas infetadas, de casos clinicamente confirmados. À medida que se vai alterando a definição do que é um caso e a capacidade e efetividade de testar, modifica-se a compreensão do processo de contágio e da curva da epidemia, torna-se possível modelar cenários alternativos, mas também ampliar a definição do que conta como um caso.

Os óbitos são igualmente contabilizados, inicialmente, a partir dos que ocorrem em hospitais ou que são notificados por profissionais de saúde, em condições de grande pressão sobre os profissionais e serviços de saúde. Daí que as pessoas que morrem noutros contextos (idosos que vivem sós ou em lares, imigrantes não legalizados, refugiados internados em campos ou outros lugares de confinamento, por exemplo) tendam a tornar-se invisíveis, ou adquirem visibilidade quando as medidas de contenção conseguem retardar a progressão da infeção e a pressão sobre os serviços de saúde.

É a partir destas definições baseadas em critérios médicos ou de saúde pública que se procede à distribuição da população por grupos de risco. Como são definidos esses grupos? Pela idade? Por terem um problema pré-existente, uma doença crónica, por exemplo, ou outras doenças infecciosas, ou por terem sido transplantados? Por estarem em condição vulnerável temporária, como mulheres grávidas? A que medidas de contenção devem os grupos de risco ou considerados vulneráveis ser sujeitos? Os portadores assintomáticos devem ser classificados como parte de grupos vulneráveis sujeitos a medidas de isolamento? Como são usados os números por quem defende a promoção da imunidade de grupo com isolamento “vertical” de grupos vulneráveis? Como definir casos suspeitos que devem ser vigiados? Por sintomas? Que sintomas? Apenas os que estão geralmente associados à infeção? Ou outros, que podem também indiciar vulnerabilidade ao vírus? Pela proveniência ou pelas trajetórias de mobilidade (pessoas que viajaram, por exemplo, ou imigrantes)?

A atribuição de causas de morte depara igualmente com problemas de definição. Todas as pessoas infetadas, independentemente da causa de morte próxima, contam como mortes atribuíveis ao vírus? E quando não é possível determinar se a pessoa estava infetada, apesar de exibir sintomas associados à infeção? Como lidar com a tensão entre a pressão da urgência da intervenção clínica e a produção de registos de internamento e de óbito (uma situação bem documentada por muitos anos de pesquisa em antropologia médica...)? O que se pode aprender – tendo em conta as diferenças entre elas - com a experiência da SIDA desde a década de 80, do Ébola, SARS e MERS? Como são afetadas as contagens de quem vive e de quem morre?

A crise do que Stefan Ecks chama o capitalismo do coronachoque tem mostrado que a discussão sobre os números pode ser uma porta de entrada para o reconhecimento das “linhas de fratura” que a pandemia veio revelar de maneira brutal, especialmente através do que Boaventura de Sousa Santos chamou o Sul da pandemia. As contas da pandemia são elaboradas a partir de formas de classificação que mostram e ocultam, que incluem, diferenciam e excluem a partir de critérios epidemiológicos e clínicos. A parcialidade e abissalidade das classificações tem sido demonstrada nas sociedades do Norte pela situação de idosos que vivem em lares, dos reclusos que vivem em instituições carcerais, de refugiados e imigrantes ilegais, de pessoas que vivem na rua, de trabalhadores precários e informais, de desempregados. Mas essa situação é ainda mais notória quando consideramos os milhões de pessoas com vidas no limite da precaridade e da sobrevivência na Índia, em várias regiões da África, nas periferias urbanas e nos campos da América Latina, as populações tradicionais ameaçadas de perda dos territórios em que vivem e das suas condições de sobrevivência, e para as quais a pandemia vem potenciar o estado de exceção em que vivem permanentemente. A definição do que conta como grupo de risco, requerendo medidas especiais de proteção, facilmente se converte num estigma que segrega e condena quando a vulnerabilidade estrutural que caracteriza a exclusão abissal – aquela que confina a uma zona de não-ser, onde reina a violência e a despossessão - se manifesta através da infeção. Mesmo na emergência, certos grupos de risco são mais visíveis do que outros, e alguns tendem a desaparecer na aparente equalização de condições na base de critérios clínicos e de saúde pública. Por isso importa entender como vai mudando o que conta como um caso no enfrentamento da pandemia, à medida que se vai conhecendo melhor o vírus e as suas formas de transmissão, assim como as exclusões e invisibilizações que as crises que se encontram na pandemia vão criando.

Palavras-chave: COVID 19; política dos números; sociologia das ausências; exclusão abissal

---

**João Arriscado Nunes** é Professor Catedrático da Universidade de Coimbra, co-coordenador do Programa de Doutoramento "Governação, Conhecimento e Inovação" e Investigador do CES. Foi Pesquisador Visitante na Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), no Rio de Janeiro. Os seus interesses de investigação centram-se nas áreas dos estudos de ciência e de tecnologia (em particular, da investigação biomédica, ciências da vida e da saúde pública, da relação entre ciência e outros modos de conhecimento), da sociologia política (democracia, cidadania e participação pública, nomeadamente em domínios como ambiente e saúde) e teoria social e cultural (com ênfase no debate sobre as "duas culturas"). Mais recentemente, coordenou os projectos de investigação "Avaliação do estado do conhecimento público sobre saúde e informação médica em Portugal", no âmbito do Programa Harvard Medical School - Portugal e "BIOSENSE". Coordenou e participou em vários projectos nacionais e internacionais. Co-organizador dos livros *Enteados de Galileu: A Semiperiferia no Sistema Mundial da Ciência* (Porto: Afrontamento, 2001); *Reinventing Democracy: Grassroots Movements in Portugal* (London: Frank Cass, 2005) e *Objectos Impuros: Experiências em Estudos Sobre a Ciência* (Porto: Afrontamento, 2008) e autor de publicações diversas.



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.  
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.  
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.



# El capitalismo no piensa la muerte

## AN Original

2020-04-16

Por Santiago Polop

Vivimos en una sociedad enferma. Pero tal vez haya que pensarlo desde la perspectiva del capitalismo neoliberal para entenderlo. De acuerdo a su lógica y sus fines, la humanidad está enferma endémicamente de altruismo, de empatía y de la perspectiva solidaria y cooperativa como modo de conservar la vida, incluso la de aquellos que no pueden hacerlo por sí mismos o sin el concurso de los demás. A ello, las soluciones de su libro de recetas son el egoísmo individual, la meritocracia, el consumo, la explotación de recursos naturales y humanos. Los modos de vacuna más eficientes: la constitución de hábitos individuales y colectivos para mantener sus principios.

El asunto es que la pandemia viene a interrumpir su habitual *tratamiento* endémico. La situación de pandemia interrumpe la lógica y obliga la emergencia central del componente más nocivo para el capitalismo neoliberal: la noción de humanidad, en su comprensión no egoísta ni individual. Es de esperarse que la emergencia de una pandemia visibilice muchos de los ámbitos de reproducción de esa lógica sedimentada, naturalizada, porque lo que era visto como hábito queda suspendido. De pronto, las apetencias del consumo ilimitado, la circulación del trabajo y de cuerpos, sonaron como reclamos ajenos a la necesidad de supervivencia de los cuerpos humanos, interpelados en su finitud violentamente. El capitalismo no piensa la muerte ni los problemas existenciales que ello supone. Su carácter religioso, como lo pensaba Walter Benjamin, se basa en resolver en la vida física los dilemas de la *culpa* y la *deuda*, no para una vida ultraterrena, sino para mantener una ritualidad asociada a su pago con trabajo y consumo.



Es fácil hacer la contraposición entre países que optaron por la ética humana si analizamos las decisiones reflejas que se tomaron: unos, aconsejados por la medicina epidemiológica humanista, dictaron cuarentenas y aislamientos obligatorios, preparando los sistemas de salud para lo peor por venir, al tiempo que buscaron suplir el paro con asistencia social; otros, aconsejados por la medicina epidemiológica neoliberal, tomaron la decisión de no cortar la circulación de mercancías (que se extiende a los sujetos, es claro) porque contraría su idea de la justicia más íntima de la narrativa. Las consecuencias en Italia, Inglaterra, Estados Unidos, Ecuador o Brasil, saltan a la vista, y chocan contra el propio deseo de supervivencia de las élites que ven cómo, por primera vez, son sujetos de riesgo más por sus capacidades económicas superlativas.

Esto mismo ha sucedido en los países latinoamericanos que cuentan con un sector que, en buena medida, funciona como guardián de los privilegios de las élites, la clase media. Como hoy se trata de una fuerza que atraviesa muros de concreto y alambres de los barrios privados, y no esos cuerpos-zombie de los que se protegen habitualmente, claman ahora por un Estado presente que les garantice el derecho a la salud. Pero llega hasta ahí la demanda, porque cuando ese mismo Estado pide una colaboración de los sectores más adinerados para sostener la comida en los barrios populares, el discurso demonizador del Estado y de la pobreza no tarda en llegar.

Lo *real* es que la pandemia puso, por primera vez en la última centuria, en cuestión la totalidad del capitalismo. Impuso una pausa que a todos nos resulta tan extraña como extrañante, de incluso el apuro de ésta lógica porque todo vuelva a su “normalidad” rápidamente. No sea cuestión que se visibilice algo de su trama. Y la pausa revela, además, las limitaciones para el tratamiento de la pandemia cuando su lucha supone enfrentar a los actores con sus propios guiones: desde la visible incomodidad mediática para avenirse a una lógica política que contraría su forma de construir aliados y enemigos, el aprovechamiento de ciertas empresas y empresarios (farmacéuticas, alimenticias, comunicacionales y hasta de armamentos) para beneficiarse de la tragedia humana, hasta la no aceptación de los propios afectados de avenirse a conductas que le son tan ajenas (quedarse en casa, no consumir a voluntad, asumir tareas impropias en el hogar -tan así que un barrio privado argentino, alguien no se resistió y metió a “su” trabajadora doméstica en el baúl de su auto para que fuera a lavarle la ropa-).

Lo que además revela esta situación, en su exposición de las nuevas prácticas que demanda, son las limitaciones de la política y de la cultura común para su tratamiento. El traspie bancario del 04 de abril en Argentina –ancianos agolpados para cobrar su jubilación- muestra dos cosas: de un lado, la falta de planificación del Estado, el vergonzoso papel de los bancos, y la complicidad mediática para la desinformación (*infodemia*, la llamó el Presidente argentino); de otro lado, materializa el choque entre la posibilidad de advertir la infinidad de prácticas y hábitos en las que se sostiene una cotidianeidad en el capitalismo, y la persistencia de prácticas culturales que deben pensarse en ser seriamente intervenidas, como el cobro “por ventanilla” de una inmensa porción de la población.

Argentina es (como todos los países latinoamericanos) un país aún muy rezagado en la virtualización que requiere la vida en el siglo XXI, antes de la pandemia y mucho más en lo que venga después. Ciertamente, la virtualización tiene sus riesgos anexos, como señalaron Giorgio Agamben, Berardi o Byung Chul Han, pero aquí no hablamos por Italia -país financiero- o de Corea del Sur o China -países con un alto desarrollo de la tecnología en su forma panóptica-. Aquí hablamos de Argentina y de Latinoamérica, en donde hoy la no adopción de la virtualización bancaria expone al riesgo innecesario a millones. Bancos, por cierto, que cuentan ganancias por miles de millones aún en las peores crisis y que siempre están salvaguardados. Será que en la religión del capitalismo, éstas son sus iglesias, sus templos sagrados, con los que nadie se mete.

El estado de situación requiere de un *Estado ético* más que nunca. Un Estado de esas características no se reduce, ni puede hacerlo, a los encierros que le impusieron la forma liberal y su discurso de la justicia capitalista y neocolonialista. Otro Estado es posible, pero no puede pensarse según la lógica de las democracias modernas porque éstas fueron construidas excluyendo el concepto real de democracia, como lo reconocen los propios constituyentes de la Constitución de Virginia de 1776. La excepcionalidad de la situación habilitaría para la excepcionalidad de las medidas en contra de prácticas y actores que no asuman la comprensión real de que nos jugamos la vida de cualquier ser humano. Es cierta la necesidad de la activación de circuitos económicos que urgen para poder sostener la economía familiar, la del Estado y la de las empresas. Hay que pensar, no obstante, en la articulación con una nueva etapa de la vida humana, en donde aquellos espacios y sujetos que ya siempre funcionaron democráticamente, de un modo no-capitalista para producir y colaborar, con un trato con la naturaleza no violento sino creativo y respetuoso, con una lógica no consumista sino cooperativa, tienen realmente algo para aportar al diseño de otra forma de vida. Es necesario asumir el desafío de una nueva epistemología para ello. La pandemia nos enfrenta a la propia endemia de los hábitos, poderes, y prácticas que nos trajeron hasta aquí, y que dejaron una sociedad sangrante y en riesgo.